

Onde Há Fumaça, Há Fogo? Validação de Escala de Propensão a Ações Corruptas em Agentes Públicos

RENATO FABIANO CINTRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)

TADEU GANDOLFO KOCHI

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)

RENAN DOS SANTOS DIAS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)

IVANO RIBEIRO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)

Onde Há Fumaça, Há Fogo? Validação de Escala de Propensão a Ações Corruptas em Agentes Públicos

Introdução

No ditado popular, onde há fumaça, há fogo indica que, quando a pessoa desconfia de algo ou alguém por ter sinais, realmente há motivo para tal desconfiança. Assim, esta pesquisa caminha nesse sentido, pois busca estabelecer as conexões das motivações com a propensão corrupta em agentes públicos. Diversos estudos têm demonstrado que a produção de pesquisas relacionadas à corrupção cresceu e passa por um amadurecimento nos últimos anos. Diversas são as teorias que buscam uma explicação aos atos de corrupção, cada qual usa uma lente para compreender suas motivações ou causas.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Para além dessas lentes teóricas, vale ressaltar que encontra-se na literatura dificuldades na mensuração do fenômeno sob a perspectiva das motivações intrínsecas e extrínsecas, sobretudo devido à objeção das pessoas em contribuir com a temática. Por conta disso muitas pesquisas analisaram variáveis independentes de forma isolada e aquém da compreensão do fenômeno complexo e multifacetado da corrupção. Esta pesquisa concentra-se na validação das motivações que levam agentes públicos a praticarem ações corruptas.

Fundamentação Teórica

Tomando como ponto de partida o modelo de Carlos, Ribeiro e Cintra (2020), considerando os fatores que influenciam agentes públicos na tomada de decisão da prática de atos de corrupção e considerando suas limitações e achados, serão apresentadas as motivações indicadas e utilizadas no estudo, bem como novas sustentações no sentido de complementar e ampliar os achados, as quais foram: desengajamento moral; culpabilidade; autocontrole; identidade moral; cultura ética organizacional; liderança ética; comportamento antiético; percepção sobre salários; propensão ao risco; e traços de poder.

Metodologia

Utiliza-se do método quantitativo. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário autorespondido e organizado por Carlos, Ribeiro e Cintra (2020) a partir de 10 escalas. O questionário possui 93 assertivas apresentadas por meio de uma escala likert de cinco pontos (discordo totalmente até concordo totalmente). Foram obtidas 426 respostas. Na validação da escala, empregou-se a Análise Fatorial Confirmatória (AFC).

Análise dos Resultados

O modelo inicial de propensão às ações corruptas em agentes públicos apresentado por Carlos, Ribeiro e Cintra (2020) contemplava na íntegra 10 construtos e 93 itens observáveis. Após a realização da AFC, restaram 33 variáveis observáveis distribuídas em 8 construtos: (1) culpabilidade; (2) identidade moral; (3) traços de poder; (4) falta de autocontrole; (5) liderança ética; (6) comportamento antiético; (7) salário e benefícios; e (8) propensão ao risco. Desta forma, dois componentes não permaneceram no modelo final: cultura ética organizacional (CEO) e desengajamento moral (DM).

Conclusão

A pesquisa preencheu a lacuna ao integrar o estudo de múltiplas variáveis ligadas às motivações que influenciam o comportamento corrupto em agentes públicos com a aplicação da técnica de AFC para

validar um instrumento aplicável a outros órgãos públicos.

Referências Bibliográficas

CARLOS, L.; RIBEIRO, I.; CINTRA, R. Motivações na propensão à decisões corruptas em agentes públicos. In: Encontro de Estudos em Estratégia (3Es), 9., 2020, evento online. CINTRA, R.; CASSOL, A.; RIBEIRO, I.; CARVALHO, A. Corruption and emerging markets: systematic review of the most cited. *Research in International Business and Finance*, v. 45, p. 607-619, 2018. DELANOY, M.; KREUTZ, R.; VIEIRA, K. A corrupção na administração pública: Uma análise das publicações científicas internacionais. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 6, p. e31610615754, 2021.